

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 191

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE DEZEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Justus (01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2735**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 634/99, que dispõe sobre as Taxas Judiciárias, de autoria do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 2742**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 101/99, item 07, em 1ª Discussão, de autoria do Deputado Irineu Colombo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 2743**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 113/99, de sua autoria, que dispõe sobre a criação de Cursos Preparatórios ao Vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública.

Justifico o presente requerimento no fato de necessitar o projeto de novos estudos e adaptações.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**REQUERIMENTO Nº 2744**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 093/99, item 06, em 1ª Discussão, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 2736**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja realizada Sessão Especial ou aberto espaço na Sessão Ordinária, na próxima segunda-feira, para uma exposição do ex-Deputado Léo de Almeida Neves em homenagem póstuma a Abilon de Souza Naves, ex-Senador da República, pela passagem do 40º ano do seu falecimento, ocorrido em 12 de dezembro de 1959.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) EDGAR BUENO

**JUSTIFICATIVA:**

Pesquisando o passado, verificamos lições políticas que se tivessem a seqüência planejada por

quem as praticou, não teríamos hoje tantos problemas. Concluímos então o quanto são absurdas certas campanhas que insistem em tachar os exemplos históricos como “antiquados” ou “ultrapassados”. Assim é que os nacionalistas que defendem a integridade da PETROBRÁS sob o domínio do Brasil, apesar de ter esta causa os mais elevados sentimentos de patriotismo, são chamados de “dinossauros”, “petrossauros” ou coisa parecida.

Além de proporcionar grandes feitos sociais e econômicos, a Era Vargas fez surgir as melhores gerações de políticos deste século. Neste período histórico, o Paraná passou pela extraordinária devoção de homens públicos como Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi governador, e Abilon de Souza Naves, senador, maior vulto do trabalhismo paranaense e líder político em que Getúlio Vargas depositava grande confiança, que só não foi governador por força de uma fatalidade que lhe tirou a vida, em 12 de dezembro de 1959.

Recorrendo ao livro “Destino do Brasil: Potência Mundial - A Era Vargas Continua”, de Léo de Almeida Neves (Editora Graal, 1995), colhemos trechos de uma história curiosa e comovente, relacionada à atuação do grande homem público que foi o Senador Souza Naves. Procurando evidenciar como a prematura morte de Souza Naves pode ter modificado a história do Paraná e do Brasil, Léo de Almeida relata fatos interessantes da estreita ligação que Souza Naves mantinha com Jânio Quadros e João Goulart, que posteriormente à sua morte se tornariam Presidentes do Brasil.

A exposição impressiona e apresenta razões que realmente nos levam a acreditar que o desfecho da política nacional, nos anos 60, poderia ter sido outro, tal a influência que exercia o representante do trabalhismo do Paraná no cenário político brasileiro, a começar pelo fato de ter sido pelas suas mãos que Jânio se candidatou e foi eleito deputado federal pelo antigo PTB do Paraná, na eleição imediatamente anterior àquela que o elegeria Presidente da República.

Conta o autor, com conhecimento de causa porque presenciou os fatos, que a morte do brilhante senador e político trabalhista mudou completamente a história. Com a força do trabalhismo e a repercussão da Carta-Testamento de Getúlio, Souza Naves era festejado como futuro governador. O seu prematuro falecimento, porém, abriu espaço para a eleição de Ney Braga, em 1960, quando este iniciou seu longo reinado político.

Pelos motivos expostos, apresentamos o presente requerimento em homenagem póstuma a Abilon de Souza Naves, propondo homenagem póstuma pela passagem do 40º aniversário de sua morte.

#### REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família

da Sra. Christina Barros, irmã do Deputado Federal Ricardo Barros, falecida no último dia 07 de dezembro, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Irena Sokolowskei, ocorrido dia 22.11.99, em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com 80 anos de idade, faleceu no último dia 22, em União da Vitória, a Sra. Irena Sokolowskei.

A extinta era viúva do Sr. Demetrio Sokolowskei e deixou 3 filhos, 9 netos e 6 bisnetos.

O passamento da Sra. Irena veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Irena Sokolowskei.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Irena Sokolowskei e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Dona Irena Sokolowskei, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Irena sob a sua constante proteção, para que, renovada pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sokolowskei, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Lázaro Servo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu o ex-Deputado Estadual, Lázaro Servo, que era pai do ex-Deputado Estadual Nílto Servo.

Lázaro Servo também foi Vereador em Mandaguaçu por duas legislaturas.

Durante seu mandato como Deputado Estadual na década de 70 foi cassado pela ditadura militar.

Além da atividade política, o ex-Deputado Lázaro Servo era empresário na região Noroeste do Estado.

O extinto deixou viúva Dona Valquíria Ganasin Servo, deixou ainda 05 filhos e 12 netos.

O passamento do ex-Deputado Lázaro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Lázaro.

Será grande o céu e a paz sobre Lázaro Servo, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do ex-Deputado Lázaro Servo para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Lázaro Servo sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Servo endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 2738

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Deputado Federal Lysâneas Maciel, ocorrido no Rio de Janeiro em 06.12.99.

Outrossim, requerem que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

WALDYR PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

No último dia 06/12, faleceu na Cidade do Rio de Janeiro o ex-Deputado Federal Lysâneas Maciel, que contava com 72 anos de idade.

Lysâneas Maciel foi o último Deputado Federal cassado pelo AI-5 em 1º de abril de 1976, quando cumpria seu segundo mandato como Deputado Federal.

Atualmente, Lysâneas Maciel, exercia o cargo de Vereador na Cidade do Rio de Janeiro.

Lysâneas Maciel, interrompeu uma carreira política iniciada no final dos anos 40, no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade Nacional de Direito.

Fomos colegas de Lysâneas Maciel deixou viúva Dona Regina e 03 filhos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais nos incluímos.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Lysâneas.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Lysâneas, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do ex-Deputado Lysâneas para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Lysâneas sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio destes Parlamentares cumpre o dever de associar-se a dor da família Maciel.

#### REQUERIMENTO Nº 2739

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de voto de pesar, à família Barros pelo falecimento da Senhora Cristina Helena Barros, filha do saudoso emedebista Silvio Barros e irmã do Deputado Federal Ricardo Barros, ocorrido no dia de ontem na Cidade de Maringá, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente a família enlutada, na Avenida Papa João XXIII, 583, Centro, Maringá, Paraná, CEP 87010-260.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(aa) EDGAR BUENO, ORLANDO PESSUTI, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, HERMAS BRANDÃO, ADEMIR BIER, CAÍTO QUINTANA, ANTONIO ANNIBELLI E LUCIANA RAFAGNIN.

#### REQUERIMENTO Nº 2741

Senhor Presidente.

Os Deputados da Bancada do PPB, abaixo assinados no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, à família do Deputado Federal Ricardo Barros, pelo falecimento de sua irmã Cristina Helena Barros.

Pretendem os Deputados da Bancada enviar seus votos de solidariedade ao nobre companheiro neste momento tão difícil para ele e seus familiares.

Nestes termos, pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(aa) TONY GARCIA, DUÍLIO GENARI, FERNANDO RIBAS CARLI, CESAR SELEME.

#### REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelos 65º aniversário do Município de Londrina, comemorado no dia 10 do corrente mês.

Requer, ainda, seja dado ciência ao Senhor Antonio Casemiro Belinati, Prefeito Municipal, e ao Senhor Renato Silvestre Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O projeto Cidade de Londrina foi a mais importante obra realizada pela Companhia de Terras Norte do

Paraná, e a história de ambas se confundem, sendo sinônimos de sucesso, que vem desde os últimos anos da década de vinte, até este final de milênio. A fundação ordenada, planejada e bem executada da Cidade de Londrina, marcou o início das atividades da CTNP, assim como do desenvolvimento norte novo paranaense e a excepcional expansão econômica do Estado.

O núcleo primitivo que deu origem ao atual Município de Londrina, denominava-se Patrimônio Três Bocas. Em 1930 foi construída uma estrada de rodagem, ligando o município de Jataí ao patrimônio, que nesta época já tinha o nome alterado para Londrina. No dia 27 de março de 1930, a companhia povoadora vendeu o primeiro lote agrícola de terras, ao pioneiro Mitsugi Ohara, no que foi seguido por Toshio Tan, Nasaharo Chara, Masahico Tomita, Juichi Yamato, Michael Lischa, Fritz Schammet, José Petrowski, Balthasar Haber e Gustavo Walff. Estes terrenos localizavam nas Glebas Jacutinga e Cambé (Nova Dantzig), respectivamente.

No perímetro urbano de Londrina, os quinze primeiros lotes urbanos, foram adquiridos por Alberto Kock (02), João Oberhauser, Harold Mayers (02), Miguel Kolceh, Joseph Johanes, Frederico Grieger, Joseph Schubert, Noel Farquhar (05), Elias Dequech e Felício Botaro. A primeira casa erguida no patrimônio foi do Senhor Alberto Kock, e a segunda de David Dekuech. Em 1932 o Patrimônio de Londrina tinha 150 residências, e já no ano seguinte este número aumentou para 396, demonstrando o rápido crescimento, apesar da crise política nacional da época, graças à Revolução de 1932.

A companhia povoadora trouxe para Londrina, além de milhares de compradores de terras, valorosos homens, que compunham o quadro de funcionários da empresa, sendo que muitos seguiram na vertente meridional dos trabalhos desenvolvidos pela companhia, e outros fixaram-se na cidade, que mais tarde seria conhecida como a “Capital do Café”. Dentre os muitos exemplos, vamos citar apenas um, que resume o espírito de luta, pioneirismo e a vontade de vencer que imperava nos londrinenses das décadas de trinta e quarenta, o de Celso Garcia Cid, que trabalhava como motorista da Companhia de Terras, e quando a empresa quis terceirizar o transporte de passageiros e viajantes, não teve dúvidas, largou o emprego e lançou-se na nova empreitada, surgindo então, após associar-se a José Garcia Villar, uma das maiores empresas de transporte rodoviário do país, a Viação Garcia.

O Município de Londrina foi criado através do Decreto Lei nº 2.519, de 03 de dezembro de 1934, sendo instalado uma semana após, ocasião em que tomou posse o primeiro prefeito municipal nomeado, Dr. Joaquim Vicente de Castro. Esta solenidade foi prestigiada pelo Dr. Rozaldo de Melo Leitão, representando o governo estadual, Dr. Athos Moraes de Castro Vellozo, Sr. Joaquim Teixeira, Delegado Regional de Polícia de Jataí, Dr. J. L. Adamson, Sr. George Smith, Dr. Odilon Borges de Carvalho, Sr. Humberto Puiggari Coutinho e outras

autoridades. Em 31 de maio de 1935 foi empossado o segundo prefeito nomeado, Sr. Rosalino Fernandes, e a 12 de setembro do mesmo ano foram realizadas as primeiras eleições municipais, sendo eleito para prefeito o Sr. Willie da Fonseca Brabason Davids, que governou até 30 de maio de 1940.

Pelo Decreto Lei Estadual nº 6.213, de 18 de janeiro de 1938, foi criada a Comarca de Londrina, de 2ª Entrância, e a instalação deu-se no dia 27 do mesmo mês e ano. Na Divisão Territorial de 1943, o território do município possuía área de 23.562 Km² e no quinquênio 1944-1948, após memorável desmembramento, perdeu área de 20.690 Km², para a criação de municípios como Apucarana, Araongas, Mandaguari, Maringá, Nova Esperança e Paranavaí. Os desmembramentos prosseguiram e atualmente Londrina tem pouco mais de 2 mil Km².

Londrina sempre foi um celeiro político, o maior do interior do Estado, saindo daqui muitos deputados estaduais, federais, senadores, governadores e vice-governadores. Grandes homens governaram o município, dando a Willie Davids a oportunidade de ajudar a construir a base do que hoje é Londrina, no que foi seguido, entre outros, por Milton Ribeiro de Menezes, Hugo Cabral, Dalton Paranaíba, José Richa, Antonio Belinati, Wilson Martins.

Londrina pertence à Microrregião 7 (AMEPAR), e o prefeito municipal é o Senhor Antonio Casemiro Belinati. A Câmara Municipal está composta pelos seguintes Vereadores: Renato Silvestre Araújo, Jorge Scaff, Roberto Ávilla Scaff, Valdemir de Araújo Carneiro, Luis Carlos Tomarozzi, Adalberto Pereira da Silva, Alvair Avelino de Souza, Antenor Ribeiro da Silva Júnior, Antonio Negamar Ursi, Carlos Eduardo Santa Rosa, Carlos Sigueru Kita, Célio Guergoletto, Elza Pereira Correia Muller, Flávio Anselmo Vedoato, Jaci Cesar de Aguiar, Orlando Soares Proença, Osvaldo Berganin Sobrinho, Roberto Yoshimitsu Kanashiro, Salvador Francisco de O. Neto, Sidney Osmundo de Souza e Tercílio Luiz Turini.

**Topônimo** - Homenagem dos diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná, por sugestão do Dr. João Sampaio (presidente), a Londres, cidade onde estava instalada o Paraná Plantations Ltd., matriz da empresa. Etimologicamente o termo 'Londres' é de origem céltica, e em latim <Londinium>. Da velha forma anglo-saxônica Londino, acentuada na primeira vogal, saiu de forma francesa Londres, da qual derivou-se o português, e o espanhol, no italiano ficou Londra e no inglês London (Franco de Sá, A Língua Portuguesa, 318).

**Dependência Genealógica** - Londrina originou-se em 03.12.1934 de Jataí, que desmembrou-se em 14.03.1929 de São Jerônimo, que emancipou-se em 23.02.1920 de Tibagi, que em 18.03.1872 originou-se de Castro, que em 24.09.1788 emancipou-se de Curitiba, que em 29.03.1693 originou-se de Paranaíba, criado em 29.07.1648 por Carta Régia.

**Denominação dos Habitantes** - Londrinenses.

**População** - 429.380 habitantes.

**Distritos** - Sede, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz, Tamarana e Wartta.

**Limites** - Apucarana, Araongas, Assaí, Cambé, Ibiporã, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Sertãoópolis.

**Comarca** - Londrina.

**Altitude** - 576m.

**Coordenadas** - 23°23'30" latitude sul, 51° 11'30" longitude W-GR.

**Extensão Territorial** - 2.068,629 km².

**Distância da Capital** - 390 km.

**Clima** - Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

**Padroeiro** - Sagrado Coração de Jesus, 18 de dezembro.

**Data de Comemoração Municipal** - 10 de dezembro.

**Fonte:** O Paraná e seus Municípios.

#### REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, pela sua instalação no Município de Ponta Grossa.

O Colégio Brasileiro de Reprodução Animal se destina ao ensino, pesquisa, execução e divulgação de atividades pertinentes à reprodução animal com diversas finalidades como por exemplo, integrar os médicos veterinários à reprodução animal e promover aprimoramento técnico científico dando um grande impulso na genética e pecuária do Estado do Paraná assim como do Sul do País.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência a Luiz Eustáquio Pinheiro, Presidente do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, na Av. das Princesas, 1275, Belo Horizonte, MG, CEP 31275-180, a Nélcio Rickli, Presidente Regional do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, Ponta Grossa, na Rua Augusto Severo, 137, Ponta Grossa, CEP 84070-340, e ao Sr. Paulo Borba, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária/PR, na Rua Brasília Itiberê, 356, Curitiba, CEP 80210-060.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Cel. QOPM

Flávio de Modesti, alusivos a sua posse no Comando do Policiamento do Interior, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Floriano Peixoto, 1401, CEP 80230-110, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato do Comércio Varejista de Ivaiporã, SINCOMÉRCIO, alusivos a posse da nova Diretoria, para o triênio 1999/2002, que ocorrerá no próximo dia 10 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Sr. Luís Carlos Favarin, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Londrina, 375, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã, PR.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2740

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Sydney Ditrich Zappa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, voto de congratulações e cumprimentos pelo transcurso do “Dia da Justiça”, que, hoje, se comemora.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Clube Duque de Caxias (R.Costa Rica, 1173 - CTBA), pela comemoração de seus 109 anos.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Fundado por imigrantes alemães em 07 de dezembro de 1890, com o nome Teuto Brasilianischer Turn Verein Zu Curitiba, o que significa dizer: Clube de Ginástica Teuto Brasileiro de Curitiba, o Clube Duque de Caxias está completando 109 anos de fundação.

A primeira sede social funcionou onde hoje é a Sociedade Cabral; em 1911 foi adquirida área na Rua Dr. Muricy, esquina com Rua José Loureiro onde situa-se atualmente a Casa Pernambucana (ex-Muricy).

Mais tarde, com o apoio de 200 sócios foi possível construir a sede, o que demorou 2 anos. Por volta de 1933, com dinheiro dos sócios e também doações recebidas do governo alemão, foi possível adquirir uma gleba de terreno no bairro Bacacheri.

Hoje, o Clube Duque de Caxias possui uma área de 100.000 m², 2.000 sócios e dependentes. Tem projetado o Estado do Paraná no setor esportivo através de diversos esportes, tais como ginástica olímpica, tênis, judô, vôlei-bol, futebol de salão e punhobol, modalidade esportiva na qual é campeão sul-americano e tem sua equipe 4 campeões mundiais no último torneio realizado em Olten - Suíça (agosto de 1999).

Na parte cultural, possui o Grupo Folclórico Grunewald, formado por adultos, jovens e crianças, além de um coral.

Pela comemoração de seus gloriosos 109 anos, receba o Clube Duque de Caxias, através de seu Presidente Sr. Ary de Souza, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2737

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais da Assembléia Legislativa do artigo intitulado “Souza Naves (amigo de João Goulart e de Jânio Quadros): A morte que mudou o destino do Paraná e do Brasil”, em anexo, extraído do livro “Destino do Brasil Potência Mundial - a era Vargas continua”, de autoria de Léo de Almeida Neves, em homenagem póstuma a Abilon de Souza Naves, ex-senador da República, pela passagem do 40º ano de seu falecimento, ocorrido em 12 de dezembro de 1959.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Pesquisando o passado, verificamos lições políticas que se tivessem a seqüência planejada por quem as praticou não teríamos hoje tantos problemas. Concluimos então o quanto são absurdas certas campanhas que insistem em tachar os exemplos históricos como “antiquados” ou “ultrapassados”. Assim é que os nacionalistas que defendem a integridade da Petrobrás sob o domínio do Brasil, apesar de ter esta causa os mais elevados sentimentos de patriotismo, são chamados de “dinossauro”, “petrossauros” ou coisa parecida.

Além de proporcionar grandes feitos sociais e econômicos, a Era Vargas fez surgir as melhores gerações de políticos deste século. Neste período histórico, o Paraná passou pela extraordinária devoção de homens públicos como Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi governador, e Abilon de Souza Naves, senador, maior vulto do trabalhismo paranaense e líder político em quem Getúlio Vargas depositava grande confiança, que só não foi governador por força de uma fatalidade que lhe tirou a vida, em 12 de dezembro de 1959.

Recorrendo ao livro “Destino do Brasil Potência Mundial - A Era Vargas Continua”, de Léo de Almeida Neves (Editora Graal, 1995), colhemos trechos de uma história curiosa e comovente, relacionada à atuação do grande homem público que foi o senador Souza Naves. Procurado evidenciar como a prematura morte de Souza Naves pode ter modificado a história do Paraná e do Brasil, Léo de Almeida Neves relata fatos interessantes da estreita ligação que Souza Naves mantinha com Jânio Quadros e João Goulart, que posteriormente à sua morte se tornariam presidentes do Brasil.

A exposição impressiona e apresenta razões que realmente nos levam acreditar que o desfecho da política nacional, nos anos 60, poderia ter sido outro, tal a influência que exercia o representante do trabalhismo do Paraná no cenário político brasileiro, a começar pelo fato de ter sido pelas suas mãos que Jânio se candidatou e foi eleito Deputado Federal pelo antigo PTB do Paraná, na eleição imediatamente anterior àquela que o elegeria presidente da República.

Conta o autor, com conhecimento de causa porque presenciou os fatos, que a morte do brilhante senador e político trabalhista mudou completamente a história. Com a força do trabalhismo e a repercussão da Carta Testamento de Getúlio, Souza Naves era festejado como futuro governador. O seu prematuro falecimento, porém, abriu espaço para a eleição de Ney Braga, em 1960, quando este iniciou seu longo reinado político.

Pelos motivos, expostos, apresentamos o presente requerimento em homenagem póstuma a Abilon de Souza Naves, pela passagem do 40º aniversário de sua morte.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 643/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - As entidades governamentais de atendimento à criança e ao adolescente infrator e que desenvolvam programas de abrigo, semiliberdade e internação, serão construídas e instaladas nas diversas regiões administrativas do Estado, de forma a possibilitar que o menor infrator permaneça próximo ao domicílio ou residência de seus pais ou responsáveis.

Art. 2º - O Estado e os Municípios, através de convênio, providenciarão as instalações adequadas para o recolhimento dos menores referidos no artigo anterior.

Parágrafo Único - Serão admitida as parcerias com entidades não governamentais para o cumprimento dos programas de educação e socialização dos menores, desde que cumpridas as determinações do artigo 91 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - As entidades de atendimento deverão abrigar os menores recolhidos em unidades especialmente destinadas ao regime a que estiverem sujeitos, na seguinte conformidade:

I - unidade de abrigo;

II - unidades de semiliberdade;

III - unidades de internação.

Art. 4º - Em cada uma das unidades das entidades de atendimento serão desenvolvidos programas educacionais e de reabilitação do menor infrator que, sempre que possível, contarão com a participação das respectivas famílias e da comunidade local.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

### JUSTIFICATIVA:

O Estado e os Municípios devem estar unidos na busca de soluções para os problemas que envolvem os menores infratores e sua recuperação para o convívio social.

No estado do Paraná só existem dois estabelecimentos de internação, definitiva para menores. O Educandário São Francisco, em Piraquara, recebe menores do sexo masculino, enquanto o Educandário Joana Richa, em Curitiba, recebe menores infratores do sexo feminino.

Em Foz do Iguaçu foi inaugurado recentemente estabelecimento estadual para acolher menores infratores. Funciona em Londrina também estabelecimento dessa natureza.

Contudo, os menores infratores, normalmente, acabam ficando longe das respectivas cidades e conseqüentemente das famílias.

A distância estabelecida entre os menores e seus pais ou responsáveis é mais um elemento que prejudica os programas de ressocialização dos menores e sua integração familiar.

Fazer com que os menores permaneçam próximos à sua comunidade, certamente só trará benefícios ao desenvolvimento dos programas destinados à sua recuperação. Nenhum dos Poderes Públicos pode se furtar à responsabilidade com relação às suas crianças e adolescentes.

É preciso destacar que muitos municípios, quando se fala da instalação de estabelecimento para abrigar menores infratores, recusam-se esse encargo, sob a desculpa de proteger a cidade e seus habitantes da violência. Se todos os Municípios do Estado caminharem no



mesmo sentido, não haverá, em pouco tempo, área disponível para o abrigo e recuperação de menores.

É imperioso que todos os setores da comunidade civil e o Poder Público, seja ele federal, estadual ou municipal, atuem no sentido de apoiar aqueles que, pelas mais diversas razões, apresentam problemas de integração na comunidade. A simples exclusão, além de em nada contribuir para a solução dos problemas, é um ato de crueldade que não se coaduna com a condição humana.

Expostas aqui as razões que nos levaram à apresentação deste projeto de lei, contamos com o apoio de nossos pares para a sua aprovação, principalmente em se relevando que não podemos ignorar a importância de abrigar e reintegrar os menores infratores, como forma de garantir que no futuro teremos menos violência.

Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, estima-se que em 2020 a população será de 197 milhões, com cerca de 86% residindo nas áreas urbanas.

Apesar da queda na fecundidade e do declínio da taxa de crescimento populacional, as projeções demográficas apontam para uma pressão ainda forte sobre o mercado de trabalho, nos próximos dez anos, uma vez que o crescimento da força de trabalho nesse período ainda refletirá o padrão demográfico do passado. tais resultados podem ser motivo de justificada apreensão, com respeito à capacidade de a economia brasileira absorver esse incremento de mão-de-obra em contexto no qual a exigências de modernização e competitividade vêm contribuindo para mudanças profundas no mercado de trabalho.

Nesse mundo cada vez mais movido a novas tecnologias, não há o que faça os empresários se seduzirem por uma mão-de-obra não qualificada. Não haverá lei, regra ou sindicato que possa assegurar o emprego para quem não consegue aprender continuamente a acompanhar essa evolução. No início do próximo século, no máximo 20% (vinte por cento) da força de trabalho dos países de vanguarda será composta por esses trabalhadores.

O papel central do conhecimento colocará a educação no centro do cenário. Isso a levará a ser uma prioridade na aplicação dos recursos dos governos e também acarretará uma nova proposta para seu processo. As universidades passarão a ser consideradas como parte integrante do processo de produção.

Dessa forma, é essencial que se reintegre os menores às respectivas comunidades, evitando-se, dentro do possível, deslocá-los para longe das suas famílias.

Os “cadeiões-mirins”, como existem em algumas unidades da FEBEM no Estado de São Paulo, jamais conseguem reeducar e a descentralização de grandes unidades junto com uma proposta pedagógica é a solução.

Existem boas iniciativas em diversas unidades da federação. Em Boa Vista (RR), o governo estadual construiu um centro de atendimento para garotos privados de

liberdade ou que receberam “medidas restritivas”, que foge às características normais. O prédio elimina muralhas, arames ou guaritas. Esse projeto rompe com a idéia de segregação, prisão ou confinamento. Os jovens em regime de semiliberdade estudam e trabalham fora. O prédio tem capacidade para abrigar 88 adolescentes e conta com quadra de esportes, biblioteca, videoteca e auditório. Além da escolarização normal e de atividades culturais, esportivas e de lazer, o centro oferece cursos de computação, serigrafia, marcenaria e artesanato.

Esses avanços são essenciais para a integração dos jovens, contribuindo também para a regressão das penas dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 644/99  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF, com sede e foro no Município de Campo Magro/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família do Município de Campo Magro - APMIF, antiga AVOCAMM, localizada à Rua Jasmim, 554 - JD. Boa Vista I, no Município de Campo Magro, pessoa jurídica de direito privado, instituição sem fins lucrativos vem desenvolvendo um importante trabalho com às famílias ali atendidas.

Dentro dos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Criança, a Instituição tem contribuído sobremaneira na educação de seus alunos e, sendo Instituição sem fins lucrativos não possui fonte de recursos própria e sobrevive de doações e da boa vontade dos sócios e colaboradores da comunidade onde está inserida.

Pelo exposto e verificando pela documentação acostada a importância do trabalho realizado e a aptidão a ser Declarada de Utilidade Pública, solicitando o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa traz hoje uma pequena nota:

“A Comissão Especial de Investigações da Assembléia, em apoio à CPI do Narcotráfico, quer a criação de

um programa estadual de proteção a testemunhas. O Presidente da Comissão, Deputado Ângelo Vanhoni, está pedindo uma audiência com o Governador Jaime Lerner para apresentar seu cronograma de trabalho na Comissão do Narcotráfico”.

Gostaria de informar os nobres Pares desta Casa e especialmente a Comissão Especial de Investigações desta Assembléia do Narcotráfico, que tramita nesta Casa um projeto de minha autoria, que trata da proteção a testemunhas. E que este projeto ainda não passou pela CCJ, e portanto ainda não foi discutido nesta Casa. Não há necessidade de pedir ao Governo do Estado uma lei de proteção a testemunhas, se esta Casa pode deliberar sobre o Projeto de Lei nº 352/99, que está tramitando nesta Casa desde o dia 22 de junho de 1999.

Então, gostaria que a Comissão Especial fizesse gestões na Casa para que este projeto possa vir a Plenário e ser deliberado. Está aqui uma proposta que autoriza o Poder Executivo a criar um programa estadual de proteção às vítimas e testemunhas de infrações penais. Se é isto que a CPI está buscando temos instrumento aqui, que aliás, este projeto pode ser enriquecido com as contribuições dos 53 outros Deputados que pertencem a esta Casa.

Portanto faço um apelo à Mesa para que este projeto tenha a sua tramitação normal sem que seja necessário pedir ao Governo, e aliás, a argumentação da Secretaria de Justiça, da consulta que fizemos é de que não existe previsão no orçamento. Mas a Lei do Plurianual está aí na Assembléia, temos prazo até o final de semana para propor Emendas. Então, já estamos elaborando uma Emenda para alocar recursos para que esse programa possa ser implantado no Estado do Paraná. Creio que é da mais alta importância, no momento que estamos vivendo, principalmente pela participação da Assembléia Legislativa do Paraná nesta investigação do narcotráfico.

Aproveito a oportunidade também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para dizer que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, um projeto de lei que trata da Lei Orgânica da Magistratura, e mais uma vez, e pela minha preocupação para assegurar que esta Casa decida da melhor forma possível, que delibere sobre uma lei perfeita, é que pedimos vistas por mais 24 horas, porque estamos elaborando um voto em separado com relação ao parecer do relator e com relação ao substitutivo que aqui tramita. Essa foi a única razão, não existe nenhuma incompatibilidade, queremos apenas assegurar, nós, como representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Constituição e Justiça, devemos ter essa preocupação, juntamente com a Bancada da Oposição que também tem assento na CCJ, de procurar aperfeiçoar o texto legal para que não se aprove nesta Casa de Leis que, quando colocadas em vigor, passam a ser alvo de ações de inconstitucionalidade.

Portanto, esse foi o espírito da minha proposta, do meu pedido de vistas, e amanhã, na reunião da CCJ, dare-

mos um parecer final com relação ao parecer do Presidente - Relator.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa solicita que Vossa Excelência encaminhe cópia do projeto que Vossa Excelência diz ser necessário encaminhar às Comissões, para que tomemos as providências.

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna na sessão de hoje apenas para registrar o fato acontecido na manhã de hoje no Palácio Iguaçu, quando a Governadora, em exercício, a vice-Governadora Emilia Belinati assinou, em companhia do Secretário da Agricultura - Poloni, do Coordenador do Programa Paraná 12 Meses - Malucelli, com o Presidente da CODAPAR - Padre Walter, Presidente da EMATER - Rubens e a presença de diversos prefeitos do interior do Estado do Paraná, ocasião em que foram repassados para os municípios 672 mil reais do Programa Paraná 12 meses. Esse dinheiro será aplicado nas mais diversas modalidades e nas mais diversas frentes de trabalho que se enquadram dentro do Paraná 12 Meses.

Na manhã de hoje, fez uso da palavra a Prefeita Elsa, que é do Município de Barbosa Ferraz, e ela falou em nome de todos os prefeitos, o quanto é importante o Programa Paraná 12 Meses, o que tem acontecido no seu município e na certeza de que aconteceu e que está acontecendo, e que vai acontecer em todos os municípios do Estado do Paraná.

O Paraná 12 Meses é um programa que nós, aqui, ainda na legislatura passada já havíamos discutido e debatido esta questão, quando ainda o Secretário da Agricultura era o nosso Deputado e hoje 1º Secretário da Assembléia, Deputado Hermas Brandão, que foi a pessoa que junto com o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, instituíram o Programa Paraná 12 Meses. Já no primeiro ano da sua instalação, ou seja, em 1998, foram aplicados muitos recursos, tanto no combate à pobreza, como também em programas de aumentar a renda dos nossos agricultores, através da diversificação agrícola. Mas, o que me chamou a atenção na manhã de hoje e depois da solenidade, foi o que a Prefeita de Barbosa Ferraz tem me confidenciado, ela disse que até então, ela como Prefeita, levava para o município vizinho, que é Lunardeli, algo em torno de 140 trabalhadores volantes, bóias frias, para prestar serviço no cultivo do café. E, ela me disse que com o recurso que estaria recebendo agora, estaria plantando 680 mil mudas de café. E, estes 140 trabalhadores volantes que ela levava diariamente para out-

ros municípios, cultivariam 400 mil mudas de café. Ora, se 400 mil mudas de café dão emprego a 140 pessoas, 680 mil mudas darão mais de 250 empregos na área rural. É isso que precisamos! Temos que fixar o homem no campo e o Programa Paraná 12 Meses, que foi implantado pelo Governador Jaime Lerner e, como já disse, instituído pelo ex-Secretário Hermas Brandão e hoje dando continuidade através do Secretário de Agricultura, Leonel Poloni.

É um programa de alcance social muito grande, que não visa somente fixar o homem no campo, mas visa também aumentar a sua renda nos mais diversos programas. E, o que nos chamou a atenção também é que hoje mais de 7.000 famílias são beneficiadas com o Programa Vila Rural. 7.000 casas já construídas e mais de 10.000 casas já foram reformadas através do Paraná 12 Meses. Se somarmos 10.000 casas reformadas mais 7.000 casas do Programa Vila Rural, teremos 117.000 famílias atendidas através dos dois programas instituídos pelo Governador Jaime Lerner.

E, o total do Programa Paraná 12 Meses são mais de 600 milhões de reais e foram aplicados hoje, algo em torno de 100 milhões. É um programa que temos que enaltecer, temos que reconhecer como um grande programa porque não temos que pensar somente em dar a sustentação para que o médio ou grande produtor do Interior do Estado possam fazer seu plantio; temos que nos preocupar com o pequeno e o mini, porque senão este também será, no dia de amanhã, um homem sem-terra.

Disse no seu pronunciamento hoje pela manhã, a governadora em exercício, Emília Belinati, que o Paraná, neste mandato de Jaime Lerner, nestes quase cinco anos, foram gerados através da industrialização do Paraná, 125 mil empregos diretos e mais 500 mil empregos indiretos.

E, de todos empregos gerados direta ou indiretamente, apenas 30% são de grandes empresas e 70% são de pequenas empresas.

São estes dados que precisamos, é isso que o Paraná precisa saber! Seja valorizado pequeno empresário mas também se incentiva para que o nosso Estado seja industrializado pelas grandes empresas, na área da indústria, mas sem esquecer também a agricultura do nosso Estado, e, muitas vezes o nosso Governo não é compreendido pelos nossos opositores.

Mas, contra números, fatos, dados, não há argumentos.

É este registro que gostaria de fazer. Somando todos que trabalham no Paraná 12 Meses, devemos enaltecer a EMATER a CODAPAR, o trabalho, enfim, da Secretaria da Agricultura com todos os órgãos do Governo que estão vinculados direta ou indiretamente neste Programa.

É um programa de geração de renda, geração de riqueza que acima de tudo valoriza o nosso agricultor do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência registra com prazer a presença neste Plenário do Diretor Geral da Polícia Civil, Doutor Noronha.

Consulto a Liderança do PSB, PTB, PSC, PSDB, PDT.

(Declinam)

Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

Antes de conceder a palavra ao Deputado, esta Mesa gostaria, com grande prazer e satisfação, registrar a presença do ex-Deputado e atual Secretário de Justiça, José Tavares.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, falo em nome da Liderança do PMDB, neste momento com grande alegria e profundo contentamento para enaltecer a postura do Tribunal Regional Eleitoral em ação proposta recentemente pelo nosso Partido, o PMDB através do advogado no nosso Partido, Dra. Marlene Zanin, evidente que devidamente credenciada pelo nosso Presidente Estadual, Senador Roberto Requião.

O nosso contentamento e a nossa alegria em relação à postura adotada pelo TRE, não era outra a nossa expectativa diz respeito ao despacho que deu, ao voto que deu o eminente Corregedor Regional Eleitoral, Dr. Tadeu Marino Loyola Costa, no sentido de suspender a veiculação do Governo do Estado, através do Partido da Frente Liberal, onde certamente não se configurava aquela propaganda política como propaganda política do Partido da Frente Liberal, mas pura e tão somente como uma propaganda de atos do Governo do Estado do Paraná, o que certamente afronta a legislação eleitoral.

Diz o despacho do eminente juiz:

(Lê):

“Em face do que dispõe o artigo 45 da lei 9.096/95, e tendo em vista o conteúdo das propagandas ora impugnadas, defiro a liminar requerida, determinando que se intime o PFL, a fim de que se abstenha de reapresentar as referidas propagandas.

2 - Notifique-se os representados do conteúdo da petição, entregando-se-lhes a segunda via apresentada pelo representante, com as cópias dos documentos, para que, no prazo de cinco (05) dias, ofereçam defesa.

Curitiba, 16 de novembro de 1999

TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Corregedor Regional Eleitoral”

A nossa satisfação e a nossa alegria em relação a este ato do TRE, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vem justamente em função de tudo aquilo que temos, nesta Assembléia, ao longo desses quase cinco anos manifestado na condição de Líder de Bancada ou na condição de Deputado Estadual, integrante do Bloco de Oposição.

O Governo do Estado sistematicamente tem se utilizado do horário político gratuito ou mesmo em espaços

comprados através da mídia, para levar até a população uma propaganda que não condiz com a realidade dos fatos desempenhados por este Governo.

O próprio Tribunal Regional Eleitoral neste momento comparece numa ação proposta pelo nosso Partido e determina a suspensão da veiculação destas propagandas certamente por entender que elas não conferem com o interesse público do Estado e não respeita a legislação eleitoral existente.

Por isso merece o eminente Juiz Tadeu Marino Loyola Costa merecem todos os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral o nosso voto de satisfação, de congratulação, por essa postura que certamente recoloca as coisas no seu devido lugar.

#### **O Sr. Edgar Bueno**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Orlando Pessuti tenho uma curiosidade e o meu aparte é para fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Quando é que foi dado entrada nesse processo? E mais, quantos programas o PFL tinha direito, quantas inserções e quantas ele já veiculou durante esse prazo todo? É possível que ele já tenha veiculado mais da metade das inserções a que ele tinha direito.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Veja Deputado, a informações que posso dar a Vossa Excelência é que o processo foi protocolado no dia 12 de novembro e no dia 16 de novembro foi suspensa a veiculação do programa por determinação do Tribunal Regional Eleitoral. Não sei precisar a Vossa Excelência quantas vezes o programa tinha sido levado ao ar. É uma informação que posso oportunamente obter junto aos meios de comunicação e possivelmente junto às anotações do nosso Partido, o PMDB.

#### **O Sr. Edgar Bueno**

Então, me somo a Vossa Excelência nos elogios pela velocidade da tramitação do projeto. Realmente do dia 12 para o dia 16 é um tempo recorde, coisas que não costumávamos ver no passado; por isso então receba também aqui o reconhecimento dos seus elogios porque realmente foi um projeto que andou com grande velocidade.

#### **O Sr. Ademir Bier**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu também gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar o TRE, e fazer alguma reflexão também. Tivemos a oportunidade de assistir o Governo do Estado do Paraná gastar perto de 500 milhões de reais em propaganda. O próprio Governo do Estado admite que investiu no Oeste do Paraná em torno de 160 milhões nos últimos cinco anos de seu Governo; e aonde no balanço de 99 só de restos a pagar de propaganda daí em torno de 120 milhões. Quer dizer, esses números e essas reflexões haverão de

ser feitas. No entanto agora nesses últimos dias, temos observado, não só através do TRE, através do programa do PFL do horário gratuito, nas emissoras de rádio, tanto do interior quanto aqui, da capital do Estado, aonde na sua grande maioria as propagandas são, ou do Governo do Estado, ou do Governo Municipal aqui da Capital do estado. Então, essas observações, essas reflexões e esses acompanhamentos, há essa necessidade de ser visto de perto, e a própria Assembléia ter dados, informações de qual o montante efetivamente que está sendo gasto hoje a nível de propaganda.

Muito obrigado.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço Vossa Excelência, Deputado Ademir Bier, e certamente, Srs. Deputados Edgar Bueno e Ademir Bier, esta postura do TRE em recolocar as coisas dentro do que estabelece a legislação eleitoral é muito importante para todos nós, porque afinal de contas o horário gratuito eleitoral permitido no rádio, na televisão, é para ser utilizado pelos partidos políticos na divulgação dos seus programas das suas ações partidárias, e não pode esse horário ser utilizado para a promoção desse ou daquele governo. Esse é o entendimento que tem o nosso Partido, o PMDB e que teve o TRE.

Por essa razão merece o TRE ser por nós enaltecidos, porque afinal de contas todos nós que defendemos a existência do horário gratuito de televisão para os partidos políticos, temos que defender também que esse espaço seja utilizado pelos partidos políticos na divulgação dos seus programas, das suas propostas, e não utilizado por esse ou por aquele Governo.

#### **O Sr. Elio Rusch**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Orlando Pessuti, primeiro eu peço desculpas porque não ouvi o início do seu pronunciamento na tribuna, hoje, mas todos os partidos políticos por força da legislação vigente hoje têm direito aos comerciais na televisão, ou seja, quarenta minutos por ano; e também mais um programa regional de trinta minutos que cada partido tem o direito. Todos Partidos constituídos, eu acho, usam desse direito para mostrar nos seus Estados, para a sua população, aquilo que o Partido pretende fazer ou o Partido que está no poder mostrar aquilo que está fazendo.

Muitas pessoas dizem que o Governo Jaime Lerner é um governo virtual. Entendemos que o PFL no Estado do Paraná, está no poder. O Jaime Lerner está filiado ao PFL. Se o PFL prega a geração de renda, de emprego. o fortalecimento da agricultura, uma melhor educação, uma melhor saúde - quando você está no poder, você tem que mostrar que o seu Partido administra dessa forma. É assim que entendemos.

Sabemos que o PMDB e o PSDB, no Estado do Paraná, através de seus diretórios regionais, entraram

com uma ação na Justiça. E o PMDB conseguiu uma liminar. O PFL mudou os seus comerciais, não são os mesmos. As imagens podem ser as mesmas, mas o locutor fala diferente, não são mais as mesmas imagens. Cabe ao PMDB ou a qualquer Partido ou a qualquer cidadão, o direito de recorrer na Justiça. Coube ao TRE também fazer isso.

Pergunto: o que é que foi o programa do PSDB, levado ao ar na última 2ª feira? Qual é o programa que o PSDB tem apresentado? Nenhum. Qual é o programa que o PMDB, através de seu Presidente, Senador Roberto Requião, ex-Governador do Estado do Paraná, tem mostrado para a sociedade do Paraná, nos seus comerciais e programas eleitorais? Absolutamente nada. Apenas critica o Governo do Estado, aquilo que se está fazendo no Estado do Paraná. Temos que fazer uma reciclagem geral.

Nós do PFL, entendemos que o Governo é PFL e temos que mostrar, para o Paraná, aquilo que o Governo do PFL fez na questão das penitenciárias, das residências, das moradias, da habitação, na penitenciária penal e industrial, em Guarapuava.

A quem cabe o julgamento não é a esse Parlamentar, cabe à Justiça dizer se estamos certos ou errados. Cada Partido tem de mostrar o seu programa. Entendemos que o PFL está dentro da lei e está cumprindo, tanto é que já mudamos o que o TRE achou o que fosse ilegal.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência lhe concede dois minutos para conclusão.

#### O Sr. Elio Rusch

Obrigado pelo aparte, Deputado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero agradecer a participação do Deputado Elio Rusch e dizer que não posso concordar com algumas coisas e afirmações no seu aparte, com outras até concordo. Quando Vossa Excelência diz que o programa do PMDB só critica, não é em todo verdadeira essa afirmação, porque desses programas que também tenho participado, sempre há uma crítica e uma proposta, formalizada pelo nosso Partido, através do Senador Roberto Requião.

Anteontem, no programa do PSDB pude ver muitas análises e críticas do Governador Álvaro Dias e do Senador Osmar Dias, do endividamento do Paraná, mas vi também propostas com referência à habitação e à agro-industrialização do interior do Estado do Paraná - vi e ouvi no rádio estas propostas.

Quero também, Senhor Presidente, ao finalizar, aproveitando esse horário do PMDB, dizer aos Senhores Deputados que no final da sessão de ontem, num momento acalorado dos debates aqui, nesse plenário, tivemos que num determinado instante erguer a nossa voz e adotar um comportamento que não tem sido a prática desse Parlamentar na Casa. Fizemos isso,

porque nos sentimos naquele momento atingidos, em cima de uma manifestação feita pelo Deputado Valdir Rossoni e quero, por não ser esse meu comportamento ao longo desses 17 anos aqui, da Casa, dizer aos Senhores Deputados que lamento de minha parte o ocorrido, e peço aos Senhores Deputados desculpas pela maneira com que reagi, porque não tem sido esse o meu comportamento. Já conversei com o presidente a esse respeito, aos funcionários da Casa também peço compreensão e também aos jornalistas e visitantes, compreensão.

A nossa forma de agir é outra. Ontem, infelizmente no momento de um debate mais acalorado, quando nos sentimos atingidos por uma manifestação do Deputado, reagimos de uma forma que não é a forma costumeira.

Então, peço desculpas pela forma com que me manifestei na tarde de ontem. Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Mesa registra com satisfação a presença do Vereador de Cambará, João M. Olivato e Nelson Olivato Júnior, da mesma forma que registra com satisfação as colocações do Deputado Pessuti, como também do Deputado Valdir Rossoni, ontem logo após a sessão.

Entendo que esta Casa no calor das discussões às vezes extrapola, mas todos os Deputados têm o desejo de manter o clima de amizade e de respeito que nos norteiam.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

#### (Declina)

Havendo declinado, Liderança do PPB.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Para registrar a presença do Prefeito de Cafelândia, Romano Czerniej, um homem cooperativista, ex-Presidente da COTRIGUAÇU, sábado estivemos em seu Município com o governador, lançando a pedra fundamental da duplicação do Frigorífico COPACOL, e acompanha o Prefeito Vereador Valdir Andrade da Silva, popular "Bugre", o nosso Vereador Neri José Ferreira, e o Secretário da Administração Cláudio Sponholz, bem como registrar a presença da Secretária de Esporte e Turismo da Cidade de Santa Helena, Senhora Marli Regina.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado, passo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O que me traz à esta tribuna nesta tarde, é um fato que está causando um mal-estar, não só um mal-estar, mas uma preocupação muito grande, não só na Região Metropolitana de Curitiba, como um fato que pode se

espraiair por todo o nosso Estado. Estamos assistindo pela imprensa e pela procura que tivemos, tendo em vista que somos membros da Comissão de Defesa do Consumidor, que tem na Presidência o nobre e ilustre Deputado Ademar Traiano, a questão dos nossos pequenos produtores rurais, que foi ontem levantado na tribuna pelo nobre Deputado Ângelo Vanhoni.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que este é um assunto que não deve ficar somente na alçada da Comissão de Defesa do Consumidor. Temos que envolver mais Comissões. A Comissão da Agricultura, a Comissão da Economia da Casa, para que nós possamos desenvolver uma ação efetiva para dar um basta a estes especuladores internacionais. Essa é que é a verdade. Que o Grupo SONAE, esses grandes grupos econômicos que se instalam aqui no Paraná e em todo o Brasil, na venda de produtos alimentícios, na venda de produtos que fazem parte da nossa economia primária, não podem fazer o que estão fazendo com os nossos pequenos produtores rurais, massacrando.

Pergunto. Por quê o SONAE, o Extra e os demais grandes conglomerados do ramo de alimentos não fazem promoções com produtos da Nestlé e de outras multinacionais? Eles vêm fazer promoções em cima de hortifruti-granjeiros. Veja só, não só os nossos pequenos produtores que estão ameaçados, estão ameaçados outros setores da nossa economia. Estão os feirantes que estão tendo problemas seríssimos, são mil e duzentas famílias que trabalham nas feiras de Curitiba, só em Curitiba. Isso representa, no mínimo, cinco mil pessoas. De que adianta o Governo liberar políticas de apoio aos pequenos produtores através da EMATER, procurando viabilizar cada vez mais as pequenas propriedades, se as pequenas propriedades produzem e entra o especulador internacional e vai tentar também fazer uma promoção em cima daquele indefeso produtor? Não podemos aceitar que isso aconteça.

Hoje mesmo na Comissão de Defesa do Consumidor teremos a presença do Presidente do CEASA e também o Presidente da Associação de Produtores da Região Metropolitana de Curitiba. Mas é importante que os membros das outras comissões também estejam presentes para associarmos o trabalho. Vamos a fundo nessa prática num “dumping” ao contrário. Porque na verdade o “dumping” é quando o governo pratica um preço abaixo do custo de produção, mas banca essa diferença. E o que estão fazendo as grandes redes? Na verdade estão forçando os pequenos produtores a venderem os seus produtos por um preço muito inferior àquele que custa para produzir. Quem está com prejuízos insuportáveis são os pequenos produtores.

Por isso que é importante a ação das outras comissões desta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

**O Sr. Ademar Traiano**

Vossa Excelência traz ao Plenário um assunto que já foi alvo de considerações nesta Casa, mas que infelizmente, mais uma vez os grupos internacionais que vieram para cá, vêm cometendo injustiças com o nossos pequeno agricultor.

Mais uma vez esta Casa, através da Comissão de Defesa do Consumidor, tem que se inserir no contexto para tomar as providências cabíveis e adotar práticas que possam impedir aquilo que o Grupo SONAE e tantos outros mercados vêm cometendo com os nosso pequenos produtores.

Vou mais além, o Grupo SONAE adquiriu inúmeros outros mercados na Cidade de Curitiba, e no interior do Paraná já está se estendendo, vem para cá estabelecendo regras em todos os segmentos que administra.

Conheço empresas do interior do Paraná que vendiam ao Mercadorama e que, agora, em função do Grupo SONAE, têm que se adaptar às regras estabelecidas de forma rigorosa. E o Grupo SONAE acaba inviabilizando determinados segmentos da economia do Paraná.

É um tema muito importante para o Paraná, porque aqui nesta Casa estão todos os segmentos do Paraná representados através dos Parlamentares. E não podemos ficar calados diante de tantas injustiças que se cometem para com os nossos pequenos agricultores que hoje vivem uma situação de penúria com relação aquilo que vem praticando esse grupo no Paraná.

Nesta tarde a Comissão de Defesa dos Consumidores estará ouvindo segmentos da área de hortifruti-granjeiros, o Presidente do CEASA. E se possível trataremos aqui o Presidente do Grupo SONAE.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado!

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Deputado Fernando Ribas Carli.

Ouçó o seu pronunciamento, como também ontem escutei tudo aquilo que o Deputado Ângelo Vanhoni trouxe relacionado aos produtores hortifrutigranjeiros que abastecem as grandes redes de supermercados que se instalaram aqui no Estado do Paraná.

Os produtores estão sendo sacrificados por uma ação conjunta.

dessas redes de supermercados que impõem o preço que bem entendem e bem querem, independentemente de ser real o valor que eles pagam, porque estão inviabilizando um segmento dos pequenos produtores no nosso Estado do Paraná, principalmente aqueles que produzem aqui na Região Metropolitana de Curitiba.

É preocupante, têm que os Poderes Constituídos agirem em defesa dos pequenos produtores, porque com certeza estes estão se inviabilizando e amanhã todos esses com certeza vão fazer o cordão desse movimento sem-terra que corre pelo Estado do Paraná, tentando arregi-

mentar o maior número de pessoas para poder defender a sua bandeira e as suas idéias.

Tem que agir a Comissão de Defesa do Consumidor, tem a obrigação depois de formada nesta Casa, indagar e questionar e fazer os levantamentos próprios para poder fazer com que o pequeno produtor, que abastece o supermercado de Curitiba, do Estado do Paraná, seja defendido por aqueles que detêm mandato.

Muito obrigado.

### **O Sr. Edson Strapasson**

Queríamos parabenizá-lo por trazer mais uma vez à tribuna desta Casa, um assunto que vem sendo debatido desde o princípio do ano, quando tivemos uma sessão bastante movimentada, contestando naquela oportunidade o mesmo massacre iniciado pelo Grupo SONAE, Rede Mercadorama em relação aos fornecedores, onde se exigia que realmente os agricultores da Região Metropolitana de Curitiba e do Paraná, fornecessem produtos daquela rede a preços incompatíveis com os custos de produção.

Evidentemente, não podemos aqui ficar parados nesta Casa, e assistimos naquela oportunidade inclusive, o nosso memorável Anibal Khury, que realmente assumiu, encampou aquela luta e iniciou um projeto de lei até suspendendo os incentivos fiscais dados pelo Governo do Estado a esse grupo econômico português, até que eles providenciassem realmente uma melhor negociação no campo de fornecimento dos hortigranjeiros.

Tivemos uma negociação compatível, reduzindo a preços de 15%, para 7,5% de desconto no fornecimento.

Mas o que assistimos hoje, e é importante trazer à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, é que devemos agir seriamente e com urgência, para que não somente o Mercadorama SONAE, mas outras redes multinacionais de capital estrangeiro que aqui na Região Metropolitana vieram adquirir as redes de supermercados que estão fazendo hoje, um verdadeiro massacre. Nós que assistimos junto aos agricultores, a luta, o grito de desespero, e se continuarmos desse jeito não teremos no ano que vem aqueles que estarão na roça plantando, cultivando os produtos que fazem parte dos produtos hortigranjeiros da região.

Por quê? Porque infelizmente não é possível que um agricultor continue plantando e tendo que vender o seu produto pelo custo, não de produção, mas que não paga sequer o custo da colheita desse produto.

Então é importante que esta Comissão aja com urgência, que o Governo do Estado do Paraná tome uma posição definida com relação a esses grupos, para que não tenhamos um massacre. Em breve teremos mais agricultores vindos para a Região Metropolitana de Curitiba, para a capital, aumentar ainda mais o cinturão de pobreza e o desespero social que aflige hoje a nossa gente.

Então é importante continuar com este questionamento, com esta luta, e cobrar decisivamente uma pos-

tura, um posicionamento do Governo com relação à postura que têm assumido esses grandes grupos que vêm, não em defesa do preço, porque temos hoje a segunda cesta-básica mais cara do Brasil, aqui em Curitiba.

Então esta margem de custo que está sendo repassada é uma mera ilusão, onde se utiliza o agricultor hoje marginalizado e desesperado para que ele forneça os seus produtos para atrair dentro do supermercado e acaba adquirindo outros produtos mantendo aquela margem de lucro do vendedor de supermercado e colocando na condição de desespero o nosso agricultor.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

### **O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor Presidente me pedia também um aparte o Deputado Augustinho Zucchi, da Comissão de Agricultura.

### **O Sr. Augustinho Zucchi**

Já foi tratado por algumas vezes nessa Casa, acho que é uma questão de ação rápida e de decisão importante, porque não se trata apenas do Grupo SONAE, mas daqui a pouco vamos ter outros monopólios por aí, também esta pressão sobre o produtor, não será apenas sobre ele, estão se formando as grandes redes de supermercados, que daqui a pouco, no oligopólio, vão impor os preços também aos nossos consumidores.

O importante é que tenhamos algumas atitudes a serem tomadas. Faz bem V. Exa. quando solicita à Casa, à Comissão de Defesa do Consumidor, a própria Comissão de Agricultura que toma uma posição com relação a isso. Mas, além da nossa Casa de Leis, creio que o Governo do Estado, deve tomar uma posição nesse sentido, porque senão, obviamente, teremos o massacre desses agricultores, que acharam uma alternativa de produção.

O pessoal que veio para cá, e foi morar na Região Metropolitana começou a produzir os produtos hortifrutigranjeiros e começou a fornecer esses produtos para os supermercados. Aí, além da questão da agregação da renda na sua atividade, também próximo ao centro de consumo, que no caso é a nossa capital.

Se isso não for possível o que vai acontecer?

Teremos, além da pressão sobre os produtores, de fazer que eles vendam ao preço que o mercado quer que venda, teremos o repasse ao preço que o mercado quiser para o consumidor.

Se não agirmos rapidamente com atitudes concretas, realmente teremos esse oligopólio, prejudicando sensivelmente a economia do nosso Estado.

Não podemos imaginar que uma rede de supermercado de outros países venha para cá possam o mercado nacional. É uma coisa muito complicada, tem que se ter uma atitude neste sentido, acho que o próprio Governo pode tomar uma atitude drástica com relação a isso, como se iniciou aquela vez, quando houve a reclamação inicialmente. A nossa Assembléia também pode discutir esse assunto.

Parabéns por trazer mais uma vez esse assunto à Casa que é preocupante e é justo sobre o ponto de vista, não só dos nossos produtores, mas dos consumidores de uma forma geral.

Para concluir, quero dizer que quando solicitava que também a Comissão de Agricultura e a Comissão de Economia desta Casa, se juntassem aos esforços e ao trabalho da Comissão de Defesa do Consumidor é no sentido de nos fortalecermos, para tomarmos uma ação mais efetiva e mais rápida.

Até em homenagem ao nosso saudoso Presidente Anibal Khury, que numa sessão memorável, quando aqui estiveram os pequenos produtores da Região Metropolitana de Curitiba encaminhou um projeto de lei, paralisando, ou seja, os grupos internacionais, principalmente o Grupo SONAE, não teria mais os privilégios da Lei Anibal Khury, que é a lei que concede incentivos fiscais àquelas empresas que aqui se instalarem, tendo em vista que o Grupo SONAE é proprietário da FISA empresa que se instalou no nosso Estado.

O importante é fazermos um comunicado ao CAB, porque isso aqui é formação de cartel. Não podemos admitir que um cartel internacional vindo lá de Portugal, se instale aqui e acabe com os nossos pequenos produtores.

É uma medida que esta Casa pode tomar de imediato. É a intervenção do CAB, para analisarmos todas as aquisições que foram feitas pelo Grupo SONAE.

Porque não é só em Curitiba, se hoje sentimos a pressão dos pequenos produtores da Região Metropolitana de Curitiba, estamos sentindo também em Ponta Grossa, onde o SONAE tem uma unidade, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, em Maringá e em Londrina, porque disseminou os seus tentáculos, e com eles está estrangulando os nossos pequenos produtores.

É a solicitação que faço a esta Casa, que façamos um comunicado ao CVAB para que possamos analisar todas as aquisições que foram feitas pelo Grupo SONAE no ramo alimentício do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Concedo a palavra à Liderança PFL. (**Declina**).

Liderança da Oposição e a Liderança do Governo. (**Declinam**).

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 521/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Brasil Paraná de Cristo. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Arapongas e dá outras providências. **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/99, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o título de Cidadão Benemérito, ao Senhor Quielse Crisóstomo da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que cria o Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., E PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em número de 06 (seis), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 424/99 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Inclua-se onde couber:

Art. - ... O objeto da presente lei será cumprido após análise de conveniência pela Secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) NEREU MOURA

Apoio:



Luiz Carlos Zuk, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana, 01 ilegível.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 424/99, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado nos termos do Artigo 1º do Decreto 1.221 de 20 de março de 1992, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, a nível de atuação regional, o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
WALDYR PUGLIESI  
EDGAR BUNEO  
NEREU MOURA  
HERMES FONSECA  
PÉRICLES MELLO  
LUCIANA RAFAGNIN  
ANTONIO ANNIBELLI

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O Art. 3º do Projeto de Lei nº 424/90, passa ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, inserindo no Artigo 1º do Decreto 1221 de 20 de março de 1992, a letra “i”, com a seguinte redação: (i - Jaguariaíva)

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
WALDYR PUGLIESI  
EDGAR BUENO  
NEREU MOURA  
HERMES FONSECA  
PÉRICLES MELLO  
ANTONIO ANNIBELLI  
LUCIANA RAFAGNIN.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Acrescente-se ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 424/99, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Art. 1º -.....

Parágrafo Único - A implementação da medida prevista no Caput deste Artigo será realizada após aprovação pela maioria dos professores e funcionários do núcleo regional de educação de Wenceslau Braz a serem ouvidos em plebiscito, a ser realizado no prazo de até 60 dias após promulgação desta lei.

Sala das Sessões, em 08.12.99

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Esta proposição tem por objetivo suprimir a expressão “em substituição àquele referido no artigo 1º, letra “h” do Decreto 1221, de 20 de março de 1992”, do artigo 1º do Projeto de Lei nº 424/99, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

!Art. 1º - Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, a nível de atuação regional, o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Edgar Bueno, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Esta proposição tem por objetivo suprimir a expressão “Revogadas as disposições em contrário, especialmente a letra “h”, artigo 1º do Decreto 1221/92”, do artigo 3º do Projeto de Lei nº 424/99, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 08.12.99.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Edgar Bueno, Péricles Mello, Nereu Moura, Orlando pessuti, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk.

O Projeto retorna à C.C.J.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. e C.S. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 93/99

P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, dispõe sobre a aplicação de recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

##### Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, para a tramitação da proposição.

Entendemos, que com a instituição do Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes, através da Lei nº 12348, de 19 de maio de 1998, se torna necessária uma forma de alocar recursos para o funcionamento do fundo, objetivo da apresentação do projeto em tela.

### **Conclusão**

Assim sendo, apresentamos o nosso parecer favorável ao projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 93/99

### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 93, de autoria do Deputado Beto Richa, propõe que o Estado destine “nunca menos do que 1% (um por cento) dos recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes”, orientado que tais recursos sejam “geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes e nos termos do Regulamento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo”.

Trata-se de iniciativa visando coibir os males gerados a partir do consumo excessivo dos próprios produtos mencionados no caso cigarros e bebidas. e como o projeto prevê a destinação mínima dos impostos arrecadados para o fim específico de prevenir, repreender e fiscalizar o uso de entorpecentes, ensejando a possibilidade de redefinir a aplicação de recursos sem necessariamente gerar novas despesas, emitimos Parecer Favorável à proposta.

Opinamos, pois pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 93/99

### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

De autoria do Senhor Deputado Beto Richa, o presente projeto de Lei tem como objetivo dispor sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

#### **Fundamentação:**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, entendemos tratar-se de proposta altamente significativa,

que visa dar condições às ações planejadas pelo Estado através dos seus órgãos próprios, em especial o Conselho Estadual de Entorpecentes e imprimir uma vigorosa política de prevenção através de processos educativos.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relator.

Sobre o referido projeto Requerimento nº 2744, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 093/99, constante da ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 093/99.

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de Combate à Violência nas Escolas da Rede de Ensino no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.S.P. e C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 101/99

### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Nobre Deputado Irineu Colombo visa instituir o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, apresentamos Emenda Aditiva anexa, no intuito de obter perfeita adequação a redação processual legislativa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, na forma da Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 101/99

Fica o artigo 11º deste Projeto de Lei acrescido em seu final, das expressões “**revogadas as disposições em contrário**”.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 101/99

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Sendo submetido a análise da douda Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública se preocupa com a questão da violência nas escolas, que aumentam cada vez mais. Faz-se necessária a aprovação de tal proposição para que se possa numa ação conjunta, atacar com eficácia o problema.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Aditiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 101/99

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada a opinar, a Comissão de Educação Cultura e Esportes apoia, integralmente, o programa que visa enfrentar o problema da violência nas escolas da rede pública, que assume grandes proporções em todo o Estado do Paraná, principalmente nos grandes centros.

**Conclusão**

Assim sendo, apresentamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2742 de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 101/99, constante na Ordem do Dia

da presente Sessão Ordinária - **Aprovado**. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 101/99.

O SR. HERMAS FONSECA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado, apenas é votação do requerimento de adiamento de Sessões. Só se V. Exa. quiser usar da palavra para encaminhar.

Para discutir, seria amanhã.

O requerimento vai a votação. Se V. Exa. quiser, pode encaminhar a votação.

O SR. HERMAS FONSECA

Quem é o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Ademar Traiano. O Projeto é do Deputado Irineu Colombo que institui o Programa Interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e combate à violência nas escolas da rede de ensino do Estado do Paraná. V. Exa. encaminha o requerimento?

O SR. HERMAS FONSECA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não vemos nenhuma razão clara para pedir o adiamento ou a retirada por dez Sessões. Isso é mais uma maneira de obstar um projeto de um Parlamentar da Oposição, cujo teor é da mais alta relevância, do mais alto interesse social.

Nós percebemos, na intenção do autor do requerimento, exatamente impedir que tramite, nesta Casa, projetos de autoria da oposição. Portanto peço aos Pares, desta Casa, que votem contrariamente a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Em votação o requerimento. Senhores Deputados que aprovam a retirada por 10 sessões do projeto 101/99, permaneçam como estão, contrários se manifestem.

Sete Senhores Deputados rejeitam, a maioria aprova. **Está aprovado o Requerimento.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço para registrar o voto contrário ao requerimento de retirada do Projeto 101/99, dos Deputados integrantes da Bancada de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios ao vestibular nas Escolas Públicas de 2º e

3º Grau da Rede Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E..(Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 113/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo criar Cursos Preparatórios ao Vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º graus, da Rede Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 113/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Augustinho Zucchi, tem por finalidade criar cursos preparatórios ao vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º graus da Rede Pública.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que, de acordo com a Lei 9.394/96: "O dever do Estado com a educação pública será efetuada mediante garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; e

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio"...

A questão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio articula-se por sua vez com o que dispõe o título V - Capítulo I:

"Art. 21 - A educação escolar compõe-se de:

I - Educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior."

Verificamos neste artigo um aspecto de máxima significância estrutural brasileira, uma vez que o ensino médio passa a fazer parte da educação básica, estendendo portanto, o tempo de escolaridade obrigatória e gratuita aos cidadãos, o que se configura como um avanço significativo no contexto da sociedade brasileira."

Em se tratando do ensino médio, a lei destaca:

"Art. 35 - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidade:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina."

A preparação básica para o trabalho e a cidadania, articulada à compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos e a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, demonstram claramente que o Ensino Médio deve convergir para além da perspectiva do ensino meramente propedêutico e academicista, visando exclusivamente o prosseguimento de estudo ou seja, o vestibular.

As diretrizes curriculares do Ensino Médio, normatizadas pela Resolução 03/98 e Parecer 15/98-CNE, reiteram o já definido nos artigos 35 e 36 da já referida lei definindo princípios filosóficos, axiológicos, educacionais e pedagógicos sob os quais devem estar centradas nas bases da organização curricular, apresentação o paradigma curricular, presente nas seguintes diretrizes:

- prioriza a constituição de competências e capacidades cognitivas, sociais e afetivas;

- reafirma que os conteúdos ou disciplinas são meios para a constituição dessas competências e a capacidade e não fins em si mesmo;

- insiste na liberdade das escolas - com base no princípio da autonomia escolar - para a eleição dos conteúdos diferenciados, próprios para cada tipo de aluno, desde que perseguindo as competências priorizadas pela lei;

- institui a interdisciplinidade como princípios pedagógico para a organização curricular, nucleando disciplinas afins em áreas amplas de conhecimento para as quais são indicadas as competências respectivas;

- recomenda que o tratamento dos conteúdos seja contextualizado em áreas de significância para a vida do jovem, entre os quais destaca-se a do trabalho e das tarefas laborais próprias de áreas ocupacionais amplas.

Paralelamente às mudanças previstas no Ensino Médio e na legislação, as referentes ao Ensino Superior também são significativas, a exemplo da possibilidade da utilização de diferentes critérios de acesso pelas instituições de Ensino Superior, rompendo com a forma exclusiva do vestibular tradicional, entre os quais os critérios de utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

A política do MEC de avaliação externa, instituindo o ENEM, já iniciado em 1998, articula-se com o que

a LDB determina quanto a organização pela União de processo nacional de avaliação do rendimento escolar em todos os níveis, objetivando a definição das prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

Frente ao exposto, cabe ressaltar que é, no contexto de todas as inovações apontadas pela Lei 9.394/96 para o Ensino Médio, inclusive com a sua desvinculação do Vestibular - objeto do caso em pauta - que está inserida a política do DESG/SEED (Departamento de Segundo Grau da SEED).

Neste sentido o DESG vem realizando importantes ações, com destaque para o PROEM que compreende entre outras atividades, o desenvolvimento curricular, através da qual vem sendo realizados desde 1997 os estudos para a elaboração e implantação da nova proposta curricular.

No âmbito desta atividade, em 1999, os Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual estão implantando novo currículo, proposto pelos mesmos, no exercício de sua autonomia. Este currículo atende os princípios da LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, objetivando a formação do cidadão sintonizado com as importantes transformações sociais que se processam numa realidade social cada vez mais complexa e num espaço de tempo gradativamente acelerado.

Esta situação exige um padrão mais elevado de escolaridade, daí a necessidade de desenvolver competências cognitivas sociais e afetivas de forma que o cidadão/aluno do ensino médio possa tomar decisões que influam positivamente na qual se insere.

Diante deste quadro, a oferta de Cursos Preparatórios ao vestibular nos Estabelecimentos de Ensino Médio da Rede Pública não condiz, no momento, com as diretrizes nacionais que orientam as ações da SEED, que prioriza a concentração de recursos financeiros e esforços para a universalização e consolidação de uma Educação Básica de qualidade.

Nestas condições, somos de parecer desfavorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2743 de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 113/99 de sua autoria. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 113/99.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - (**Para Encaminhar**)

Agradeço por me dar a oportunidade de encaminhar o Requerimento que faço, em comum acordo com o Deputado Traiano que substituí, então, o Deputado Valdir Rossoni na Liderança do Governo. Mas, retiro este Projeto por 10 Sessões face às solicitações. Mas gostaria de

registrar, aqui, para os Srs. Parlamentares, que apresentei este Projeto já há algum tempo, aqui, na Assembléia. E este Projeto, na minha opinião, é um Projeto que deva ser discutido. Porque nós estamos verificando, a cada dia que passa, que centenas, milhares de jovens não têm condições de pagar um cursinho, Deputado Edno, cursinho preparatório para prestar vestibular. E há algum tempo atrás em contato com a UEL, eu observava que um grupo de professores voluntários fazia, lá, a prestação de um cursinho gratuito para estudantes carentes, através de professores da Universidade Estadual e também de professores da rede pública estadual de escolas do segundo grau.

Então acho que é um Projeto que coloca uma série de análises em relação a essa discussão, mas, na minha opinião é um Projeto que deve ser profundamente discutido. Porque nós não temos, mais hoje, a condição, de proporcionar aos nossos jovens a mínima possibilidade de que eles possam fazer um cursinho preparatório para disputar uma vaga no vestibular - de igual para igual - com aqueles que têm condição de pagar cursinho preparatório.

Então, retiro por 10 Sessões, no entendimento de que deva haver uma conversação maior, uma articulação maior a respeito desse Projeto. Mas, passadas as 10 Sessões, pretendemos colocar este Projeto e já alerto os Senhores Deputados, para que possamos dar esta alternativa aos jovens do Paraná que possam ter, nas escolas públicas de segundo grau e também nas faculdades estaduais, bancadas pelo Estado, a oportunidade de terem o seu cursinho para que possam, obviamente, se prepararem para o vestibular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Continua em votação o Requerimento. **APROVADO.**

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 410/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria a CIRETRAN no Município de Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 09.08.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/99

P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo criar uma CIRETRAN no Município de Terra Rica.

##### Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça entende não ser competência do Poder Legislativo criar CIRETRANS e para sanar a inconstitucionalidade

do projeto, estamos apresentando uma emenda modificativa ao art.1º da proposição.

### **Conclusão**

Sendo assim somos de parecer favorável, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 24.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/99 EMENDA MODIFICATIVA**

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 410/99 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Terra Rica”.

Sala das Comissões, em 24.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator.

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 410/99**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

De autoria do Senhor Luiz Accorsi, o presente Projeto de Lei tem por objetivo criar uma CIRETRAN - no Município de Terra Rica.

### **Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que o objetivo desta proposição é trazer comodidade e melhoria na prestação dos serviços do DETRAN, ao Município de Terra Rica.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL na forma da emenda modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99

(aa) RICARDO CHAB - Presidente;

EDSON STRAPASSON - Relator

### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes “Litro”, que altera a Lei nº 12.606/99, de 06.07.99. CIRETRAN de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 94, 16.08.99).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernando Litro, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.606/99, de 06/07/99.

Chamada esta Comissão a se manifestar somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-las as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator.

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/99 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**

SÚMULA: Altera a Lei nº 12.606/99, de 06.07.99.

“Art. 1º - O parágrafo único do artigo 1º da Lei 12.606/99, de 06/07/99, passa a vigorar com a seguinte redação.”

“Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Três Barras do Paraná, na área de abrangência da CIRETRAN de Quedas do Iguaçu.”

“Artigo 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário”.

Sala das Comissões, em 21.09.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

NEREU MOURA - Relator.

### **O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2728, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2729 e 2730, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2731, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2732, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2733 e 2734, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2735, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2736, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2737, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2738, de autoria dos Srs. Deputados Antonio Annibelli e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2739, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Nereu Moura e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2740, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2741, de autoria dos Srs. Deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli e César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2746, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós queremos lembrar ao Plenário que amanhã, dia 09 de dezembro, às 15:00 horas, esta Casa estará concedendo o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ilustre gaiteiro Adelar Bertussi, proposição do Deputado Ademir Bier, e será uma Sessão Solene.

Da mesma forma, esta Presidência, eu tenho certeza, em nome de todos os Parlamentares deseja transmitir votos de felicitações pelo transcurso do aniversário, no dia de hoje, ao nobre companheiro, amigo Parlamentar, radialista, Algaci Túlio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte,

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 410 e 429/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 575, 605, 607, 608, 619 e 630/99.

Convoco ainda os Senhores Deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Adelar Bertussi, a se realizar na quinta-feira, dia 09, às 15:00 horas.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDGAR BUENO, EM SESSÃO DO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 1999.

*“Souza Naves (amigo de João Goulart e de Jânio Quadros): A morte que mudou o destino do Paraná e do Brasil”.*

Trecho do Livro “Destino do Brasil Potência Mundial - A era Vargas Continua”

Autor - Leo de Almeida Neves.

Abilon de Souza Naves, mineiro de nascimento, fez política no Estado do Paraná, onde presidiu o antigo Partido Trabalhista Brasileiro, tendo igualmente exercido a direção nacional da agremiação.

Administrativamente, ocupou os cargos de Secretário do Trabalho e Assistência Social, no governo Bento Munhoz da Rocha Neto; presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná e Presidente do IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado), na última gestão de Getúlio Vargas; e diretor da CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil, no período presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 03 de outubro de 1958, com maioria consagrada, o povo paranaense elegeu Souza Naves Senador da República. Ele estava virtualmente eleito governador do Estado nas eleições que se travariam em 1960, porém faleceu vítima de fulminante colapso cardíaco na noite de 12 de dezembro de 1959 (aos 54 anos, pois nascera em 23 de setembro de 1905), durante jantar que lhe era oferecido por amigos e correligionários na Sociedade Morgenau, em Curitiba, logo após pronunciar emocionado discurso de agradecimento. A iniciativa da homenagem tinha sido de seus colegas do antigo IAPC, autarquia previdenciária da qual era funcionário há vários anos.

Este breve relato biográfico sintetiza a vida política e administrativa de uma figura humana extraordinária, cujo imprevisto desaparecimento mudou por inteiro os rumos da história paranaense e, quem sabe, os próprios destinos do Brasil.

No pleito para governador do Estado que então se aproximava, a grande disputa seria polarizada entre o líder trabalhista e o político a ser escolhido pelo Partido Social Democrático (PSD), legenda ocupante do executivo estadual pela segunda vez na pessoa de Moisés Lupion (primeiro mandato: 1947 a janeiro de 1951). O PSDB e o PTB destinam poderosas organizações partidárias, com diretórios disseminados por todos os municípios.

A vitória de Souza Naves, entretanto, configurava-se certa e insofismável, não somente pelo seu prestígio, mas também pelo profundo desgaste do segundo governo lupionista, alvo de contundentes ataques da oposição que o PTB liderava.

Sem nenhuma chance, pois suas possibilidades de vitória eram nulas, lançava-se candidato pelo Partido Democrata Cristão o jovem Deputado Federal Ney Braga, com o evidente intuito de popularizar o seu nome para pleitos futuros. Ney tinha sido prefeito de Curitiba, na primeira eleição após a conquista da autonomia

política, realizando obra marcante, favorecida pelo exercício ininterrupto do poder ao longo de quatro anos, enquanto os prefeitos nomeados permaneciam por pouco tempo na função.

No mandato anterior à Lupion (governo de Bento Munhoz da Rocha Neto), tinham passado pelo cargo de prefeito, mediante nomeação, competentes e prestigiosos homens públicos, tais como Erasto Gaertner, Ney Leprevost, Amancio Moro, Wallace Thadeu de Mello e Silva e Ernani Santiago de Oliveira, mas seus lapsos de governo foram muito rápidos, não permitindo continuidade para a execução de empreendimentos de vulto.

Ney Braga fora chefe da Polícia no governo Bento, com razoável conhecimento no interior, insuficiente, todavia, para lhe assegurar o sucesso em vôo mais alto ao Palácio Iguaçu, não obstante o prestígio granjeado como prefeito de Curitiba e o fato de ter sido o Deputado Federal mais votado do Estado.

Aquela época, a televisão tinha pouca influência e estava apenas começando no Paraná com as imagens do canal 12, do pioneiro Nagib Chede, e por isso a principal base para o sucesso de uma campanha eleitoral majoritária era a organização dos partidos nos municípios e distritos, além da força das máquinas administrativas do governo estadual e das prefeituras, instrumentos que estavam em sua maioria nas mãos do PTB e PSD.

Havia, ainda, elementos de relevância nos embates das urnas, como a presença do poder econômico (embora muito menor que atualmente) e a influência da Igreja Católica, notadamente no interior e junto aos descendentes de imigrantes ucranianos, poloneses e italianos. A evocação do nome Getúlio Vargas, que se suicidara em 24 de agosto de 1954, e a citação de trechos da sua Carta-Testamento repercutiam intensamente em prol da grei petebista.

Souza Naves estava eleito por antecipação, mas sua morte súbita gerou perplexidade e balbúrdia nas hostes trabalhistas, até que se procedesse a escolha de seus substituto. Enquanto isso, Ney Braga intensificava sua campanha, que veio a ser vitoriosa nas eleições de 3 de outubro de 1960, em renhida disputa com os excelentes candidatos Nelson Maculan do PTB, e Plínio Franco Ferreira da Costa, do PSD, que fora Secretário da Fazenda no Governo Moisés Lupion.

Ney Braga governaria novamente o Paraná, pela via indireta - 1979 a janeiro de 1983 - exercendo, no interregno dos dois mandatos o Ministério da Agricultura no governo Castelo Branco e da Educação no governo Ernesto Geisel.

Por mais de uma vez teve seu nome cogitado para presidente da República na sucessão dos governos militares exercida sempre por generais do exército 4 estrelas enquanto Ney era general-de-brigada. A circunstância de não estarem no ápice da carreira militar prejudicaria igualmente duas figuras do regime; o general de divisão Albuquerque Lima e o coronel Jarbas Passarinho.

Creio que ninguém pode contestar a afirmação de que o desaparecimento de Souza Naves, mudou a trajetória política do Paraná, determinando o surgimento em 1960 do longo reinado político de Ney Braga, que só viria a eclipsar-se com o triunfo de José Richa (PMDB) em 15 de novembro de 1982.

Mas por que a morte de Abilon de Souza Naves teria mudado o destino do Brasil? É o que tentarei evidenciar a seguir.

Souza Naves era talvez o único brasileiro que Jânio Quadros respeitava. A sua simplicidade e o jogo político aberto e franco, sem simulações de nenhuma espécie, conquistaram a amizade e a confiança de Jânio.

A ligação pessoal entre os dois homens públicos se consolidou no período em que Jânio Quadros administrava à Prefeitura de São Paulo e Souza Naves presidia o IPASE. Na sua meteórica ascensão política, Jânio se elegeu governador de São Paulo, em 1955, e Souza Naves assume o cargo de diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, nomeado por Juscelino Kubtschek de Oliveira.

O relacionamento de Naves e Jânio se fortaleceu ainda mais em muitos contatos para análise da situação nacional e no trato de problemas comuns aos cargos que ocupavam.

Em 1958, com o pleno conhecimento de João Goulart, Souza Naves, convidou Jânio Quadros para ser candidato a Deputado Federal pelo PTB do Paraná, Jânio passara parte de sua mocidade no Paraná, tendo estudado no Internato Paranaense.

Como havia dúvidas jurídicas se o governador de um estado poderia ser candidato a Deputado Federal por outro, Jânio aceitaria o lançamento de seu nome condicionando a que tramitasse em julgado o registro de sua candidatura, com apreciação do mérito até pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ocupando na ocasião o cargo de secretário geral do PTB paranaense, coube-me obter de Jânio Quadros a documentação exigida pela Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas.

Em contato com Jânio no Palácio dos Campos Eliseos, sede do Governo paulista à época, ele me reiterou que desejava esgotar todos os trâmites legais para só então autorizar o início de sua campanha.

Encaminhada a documentação ao Tribunal Regional Eleitoral, para o registro da candidatura de Jânio a deputado federal pelo Paraná, Souza Naves pediu a amigo seu, presidente de um pequeno partido, que impugnasse o registro sob o fundamento do domicílio eleitoral (São Paulo) e de não se desincompatibilizar do cargo de governador. A impugnação foi denegada e o TRE registrou a candidatura Jânio Quadros.

O mesmo partido recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral.

Novamente a legalidade da candidatura Jânio é sacramentada pelas bênçãos da mais alta corte de justiça eleitoral do país.



Não havia, portanto, nenhum risco de sua futura diplomação como Deputado Federal ser contestada caso fosse favorável o pronunciamento das urnas.

(Essa decisão definitiva da Justiça eleitoral viria propiciar a Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, eleger-se pelo PTB, em 1962, deputado federal pelo Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, com a maior votação proporcional do Brasil, criando um vínculo eleitoral que o tornaria por duas vezes Governador do Estado do Rio de Janeiro, após seu regresso do exílio).

Jânio Quadros participou de um só comício em setembro de 1958, na Praça Osório em Curitiba, ao lado de Souza Naves e do general Iberê de Mattos, Jânio foi o Deputado Federal mais votado do estado, Souza Naves ganhou para o Senado, com o dobro da votação da soma dos dois adversários e Iberê elegeu-se prefeito de Curitiba, derrotando o candidato de Ney Braga. O PTB elegeu, também, proporcionalmente, as maiores bancadas estadual e federal do Paraná.

Teve assim total êxito, a manobra do mestre Souza Naves, convidando Jânio Quadros para ser candidato a Deputado Federal pelo PTB do Paraná, nas eleições de 3 de outubro de 1958. Naves aumentou sua esmagadora maioria na eleição para o Senado e garantiu a vitória do general Iberê de Mattos como prefeito de Curitiba. Além disso, provocou confusão e perplexidade nas hostes da UDN e do PDC que queriam fazer de Jânio seu candidato à Presidência da República.

Para Jânio Quadros a audaciosa iniciativa de Souza Naves, coroada de êxito, trouxe inúmeros benefícios. A fim de manter seu objetivo de candidatar-se à Presidência da República, Jânio precisava eleger seu sucessor. O candidato que lançara, Professor Carvalho Pinto, tinha grandes qualidades cívicas, mas fraco apelo eleitoral. Só permanecendo no governo de São Paulo até o fim do mandato, ele próprio conduzindo o processo político, é que o esquema de Jânio poderia vitoriar-se. Assim aconteceu, com a eleição de Carvalho Pinto para governador de São Paulo.

A vitória em São Paulo era muito importante, mas Jânio ficaria sem mandato, sujeito a chuvas e trovoadas durante os quase dois anos que precederiam a campanha presidencial (1959 e 1960).

Jânio era homem de trato muito difícil. Não tinha partido. Ele simplesmente usou as legendas partidárias nas eleições para vereador, Deputado Estadual, Prefeito e governador. Mesmo elegendo seu sucessor no governo do Estado, Jânio teria grandes dificuldades para montar um arcabouço forte que pudesse ser vitorioso em 3 de outubro de 1960.

Sua eleição para Deputado Federal pelo PTB do Paraná permitiu-lhe a travessia até a sucessão presidencial. Afora o aspecto de pertencer à bancada do segundo maior partido do país, depois do PSD, o principal líder trabalhista, João Goulart, também estava em cogitação para a Presidência da República, porém sofria o veto

dos militares que o tinham derrubado do Ministério do Trabalho de Vargas mediante o Manifesto dos Coronéis.

Os ventos políticos do país levaram o PTB a coligar-se novamente com o Partido Social Democrático, compondo a chapa marechal Teixeira Lott, presidente, João Goulart, vice-presidente. Lott garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e Jango em janeiro de 1956, ao liderar o contragolpe realizado em 11 e novembro de 1955, auto-intitulado 'retorno aos quadros constitucionais vigentes,' que frustrou as tentativas golpistas de impedir que os eleitos chegassem ao poder.

A União Democrática Nacional (UDN), tendo o brigadeiro Eduardo Gomes como candidato, perdeu para o general Dutra em 2 de dezembro de 1945, e para

Vargas em 3 de outubro de 1950. Novamente, amargou a derrota em 3 de outubro de 1955 para Juscelino (e Jango). Integrado pela intelectualidade defensora do liberalismo e apoiado por fortes segmentos de classe média, esse partido tinha acesso fácil aos quartéis, mas era ruim de voto.

Para chegar ao poder a UDN abraçou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, o que não conseguiria com os seus candidatos próprios Carlos Lacerda, do Rio, Juracy Magalhães, da Bahia, ou Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Na eleição de 3 de outubro de 1960 venceu a chapa JAN-JAN, Jânio Presidente e Jango vice-presidente (nessa ocasião o vice-presidente era eleito pelo voto direto e o eleitor podia sufragar o presidente de uma chapa e o vice de outra).

No Paraná, formou-se a dobradinha Jânio e Ney, Jânio Quadros presidente e Ney Braga governador, sendo ambos vitoriosos.

Não é difícil imaginar o que aconteceria se Souza Naves estivesse vivo: triunfaria a dobradinha Jânio Naves.

Jânio Quadros, presidente e Souza Naves, governador do Paraná, o futuro do Brasil seria outro. Poderia ocorrer a aproximação do PTB e de Jango com o presidente Jânio. Este perdeu-se no exercício do poder com o próprio autoritarismo. Todos os seus ministros perfilavam-se na sua presença e só o chamavam de Excelência. Prepotente, discricionário, autocrata, ditatorial na personalidade, Jânio foi perdendo gradativamente a autocrítica. Não teve nenhuma mensagem rejeitada pelo Congresso, mas se considerava perseguido pelo Poder Legislativo. Queria mais e ilimitados poderes.

No encontro de Uruguaiana, Jânio assinou com o Presidente Arturo Frondisi, importante acordo bilateral Brasil-Argentina, objetivando redução recíproca de armas e de efetivos militares, contudo pouco tempo depois agiu de forma belicosa, mandando deslocar tropas do exército para as fronteiras das Guianas, no Norte do Brasil.

O lance final de irremediável desatino aconteceu quando ele quis imitar as renúncias bem-sucedidas de Fidel Castro, em Cuba, e de Nasser, no Egito, que retor-

naram ao Poder com mais força depois de renunciarem, sem avaliar que as circunstâncias do Brasil eram diferentes e, assim, jogou fora o mandato de presidente e as esperanças do povo, mergulhando o país de modo irresponsável em gravíssima crise.

Souza Naves governador, Jânio certamente o teria ouvido como bom conselheiro que era, e a tresloucada renúncia não se consumaria. A instabilidade emocional de Jânio precisava ser compensada com a imperturbável serenidade de Souza Naves. Sem dúvida, a morte do senador paranaense mudou o destino do Brasil.”

*\*Transcrito do Livro: “DESTINOS DO BRASIL: POTÊNCIA MUNDIAL - A ERA VARGAS CONTINUA”, de autoria do ex-Deputado Léo de Almeida Neves. Essa matéria, com três artigos, foi publicada em 22.9.91, 29.9.91 e 6.10.91, no Jornal do Estado, de Curitiba.*

### **Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**R E S O L V E :**

### **PORTARIA Nº 60/99**

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, VERA CLEVE DE OLIVEIRA, no Tribunal de Alçada, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 11.171/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.12.99.

### **PORTARIA Nº 61/99**

indicar, para compor a Comissão Técnica, GABRIEL LUIZ FRANCHESKI, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, MARCOS NOGOSEK, JOSÉ ALMIR DA LUZ e JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA, para elaborar uma reavaliação dos bens móveis e imóveis deste Poder, propostos ao seguro, conforme Edital de Tomada de Preços nº 003/97, protocolo nº 4917/99.

(Prot. nº 10.084/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.12.99.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral